

A Malnutrição – Doença do Mundo

JOÃO GOMES-PEDRO

A malnutrição é, verdadeiramente, a grande doença do mundo.

Será, porventura, a vergonha dum mundo que, cada vez mais, se publicita como civilizado e como responsável em função dos direitos dos homens e das culturas.

A vergonha é tanto maior quanto estamos todos, cidadãos do mundo, cada vez mais conscientes e informados, cada dia e cada hora, de tudo o que se vai passando, em todas as regiões do globo.

Com efeito, os media trazem às nossas casas, nos noticiários e nos documentários, todas as informações, como se da nossa aldeia se tratasse o que implica, de modo especial, todos os homens da cultura dita civilizada por tudo o que o seu semelhante está vivendo noutras paragens tornadas tão próximas.

Por tudo isto, a desnutrição que grassa em mais de três quartos das regiões do globo, deveria ser o murro no estômago servido com o jornal em cada pequeno almoço ou serão de família.

Infelizmente assim não é.

«Tenham paciência» é capaz de ser o murmúrio subconsciente da nossa sossegação equivalente ao «tenha paciência» atirado a quem vos pede uma moeda junto aos semáforos das nossas cidades.

Nesta última década tive alguma esperança nos efeitos da linguagem económica, por hipótese muito mais influente no discernimento dos homens ocidentais do que a linguagem dos direitos ou dos deveres face aos cuidados mínimos a ter com os nossos semelhantes. É que, de facto, no mundo dito progressivo, só para citar um exemplo, os programas de economia e finanças nas televisões dos vários países, têm uma audiência cada vez maior, provavelmente porque alimentadores, das fantasias dos telespectadores em se quererem tornar mais ricos e poderosos.

Enganei-me no pressuposto.

A linguagem dos números e dos cifrões é tão directa que não dá para uma indução de raciocínio conducente à noção de que uma intervenção dirigida à melhoria da nutrição dos habitantes do mundo da fome levaria, de polo a polo, a um aumento significativo da produtividade e, assim, a um aumento da riqueza das sociedades mais

ricas que investem nos ciclos económicos que geram aquela produtividade.

Creio que, definitivamente, a nossa barricada é a da motivação dos direitos.

Nesta luta, a informação científica, fundamentada, porventura brutal, terá de ser o nosso grito atirado à consciência dos homens acreditadamente de boa-vontade.

É a informação factual e precisa que importará, por hora, proclamar.

A devastação da fome silenciosa, melhor chamada de desnutrição, é a grande epidemia, não infecciosa, do nosso planeta.

A UNICEF chama-lhe emergência silenciosa.

De facto, a crise planetária da desnutrição passa, como vimos, despercebida da opinião pública, apesar das evidências científicas e dos clamores de todas as organizações humanitárias do mundo.

A desnutrição é, inequivocamente, o maior atentado actual aos direitos da criança. Mais, é um atentado cruel e cínico. De facto a desnutrição não mata rápido; aniquila lenta e sordidamente o futuro, a esperança, o desenvolvimento.

Haverá, ainda, que esclarecer o equívoco maior que as conjecturas clássicas condicionaram.

É que a desnutrição, na maior parte das vezes (exceptuando os casos das guerras ou das fomes nacionais como é o caso da Coreia do Norte), não se identifica com o padrão de fome imediata, porventura resolvida com a satisfação do apetite como reflexo. A emergência invisível resulta da circunstância de que a desnutrição mata no sucedâneo da causa-efeito que, de elo a elo, induz anemias, infecções, déficits imunitários, desespero e, naturalmente, morte.

Três quartos das crianças que morrem em todo o mundo de causas relacionadas com a desnutrição, cabem na categoria que os nutricionistas descrevem como leve ou moderadamente desnutridas.

Mais de 50% das crianças que morrem em todo o mundo, têm integrado no seu ciclo de morte, um ou mais factores de desnutrição.

Em termos de números absolutos, são mais de seis milhões de crianças com menos de cinco anos, que mor-

rem, em cada ano, com problemas directa ou indirectamente ligados à desnutrição.

Cerca de duzentos milhões de crianças em todo o mundo têm um peso inadequado para a sua idade em função de carências nutricionais. Muitas delas sofrem do que é chamado marasmo, ou seja, não pesam o que seria de esperar em função da sua altura. Outras tantas crescem impropriamente sendo esta deficiência do crescimento não um efeito dum efectivo desequilíbrio calórico-proteico mas sim de um consumo inadequado de micronutrientes de que são de destacar o ferro, o zinco, o iodo e a vitamina A.

Todos estes micronutrientes determinam compromisso do crescimento, doenças carenciais, compromisso nas múltiplas dimensões do desenvolvimento dependentes do sistema nervoso central e, ainda, menor resistência às infecções, nomeadamente por compromisso directo do sistema imunitário.

Mais de dois biliões de pessoas, especialmente mulheres e crianças, sofrem de deficiência de ferro e, recentemente, a OMS estimou que, mais de 51% das crianças que vivem nos países em desenvolvimento, sofrem de anemia ferropénica.

Para além das influências imediatas à cadeia do ciclo de pobreza que inclui a desnutrição, a infecção e a morte, a carência de ferro é responsável por alterações do sistema nervoso central que, por sua vez, determinam deficit intelectual, alterações motoras e sensoriais.

No que respeita ao iodo, ele é a causa isolada mais significativa em função dos danos cerebrais. O iodo é essencial à glândula tiróideia e a sua carência determina o cretinismo que hoje afecta cerca de onze milhões de crianças em todo o mundo.

O deficit de Vitamina A, provoca diarreia, cegueira e alterações do sistema imunitário. É tal esta influência que cerca de 50% das mortes por sarampo poderiam ser evitadas com a suplementação em Vitamina A. Atente-se só a este pormenor, uma cápsula de Vitamina A custa apenas dois cêntimos de dólar. Dito de outro modo, um dólar, que é o preço de uma coca-cola, é o bastante para salvar cinquenta crianças abaixo dos cinco anos.

O zinco, por outro lado, é um micronutriente essencial à construção do eritrócito, para o crescimento em geral e, sobretudo, para a estrutura do sistema imunitário o que, através dele, condiciona as defesas face às infecções, grande parte delas mortais, nos países cerenciados.

Os grupos mais vulneráveis face a estas carências são as mulheres e os bebés.

São, sobretudo, os fetos o último elo da cadeia a sofrer a acumulação dos efeitos negativos da desnutrição, levando a compromissos do crescimento e a efeitos directos no seu sistema nervoso central o que determina o

movimento irreversível do ciclo vicioso do desrespeito e da violação dos direitos.

Os cuidados inadequados para a mulher e para a criança, fundamentam-se na pobreza e, de facto, numa cultura de desrespeito.

A este desrespeito cultural soma-se a carência de serviços de saúde disponíveis, de saneamento e de disponibilidade de alimentos.

Ainda hoje, em trinta e cinco dos países tidos como mais pobres, cerca de 50% da população não tem qualquer acesso a serviços de saúde. Assim, ao atropelo da saúde, soma-se a total ausência de cuidados educacionais inviabilizando qualquer cuidado de prevenção e de luta pela sobrevivência.

A emergência silenciosa é sobretudo dramática no que respeita aos paralelos da morte.

Dos mais de cem milhões de neurónios que cada bebé dispõe ao nascer e dos tetralhões de sinapses com que cada um daqueles neurónios pode estar associado, mais de 50% correm o risco de desaparecer por falta de disponibilidade de experiência e de elementos orgânicos fundamentais à arquitectura cerebral.

A redução da massa cerebral correspondente gera, na ausência da morte, a incapacidade, o atraso e a irreversibilidade.

Face ao quadro trágico de toda esta realidade que é a do planeta onde vivem os nossos concidadãos que existem e vivem ao nosso lado, patentemente, quanto mais não seja, através da televisão, o desafio à nossa responsabilidade ultrapassa, em muito, o da contribuição monetária ou de géneros que as campanhas de Natal em geral mobilizam.

O grande desafio à nossa intervenção é o da construção de uma cultura da criança capaz de influenciar os políticos, os economistas e todos os agentes de mudança.

É hoje certo que as mutações de opinião e de conceito que se operam dentro de cada cultura se repercutem nos outros.

Podemos, assim, investir em procedimentos simples e naturais de que o melhor exemplo é o aleitamento materno.

O aleitamento materno exclusivo nos primeiros meses de vida e, depois, a sua continuidade com a adição de alimentos complementares seguros e de boa qualidade até ao segundo ano de vida, garantem uma boa nutrição e protegem a criança contra as infecções restaurando o ciclo de saúde e de bem-estar.

Este é apenas um exemplo paradigmático da luta contra a desnutrição, com incidência, também, nos países industrializados.

A disponibilidade em alimentos acessíveis e abundantes nas nossas culturas de consumo não geram, por si, uma boa nutrição.

Entre nós, a obesidade é uma doença em crescendo que gera um outro ciclo de incapacidade, sobretudo expresso na patologia cardiovascular.

O sortilégio do «*fast-food*», da batata frita e do sal, colocado em quantidades inconcebíveis nos «*hamburgers*» ou nas «*pizzas*», gera atentados e atropelos de saúde veiculados pela cadeia da nutrição.

De facto, a cultura do bem-estar na criança passa por uma cultura da nutrição nas sociedades ditas civilizadas.

Em suma, o direito a uma boa nutrição é reconhecido e promulgado por todas as recomendações e comunicações que protagonizam a luta pelos direitos humanos.

O artigo 24.º da Convenção dos Direitos da Criança determina que os Estados devem reconhecer o direito da criança «ao mais alto padrão de saúde possível» e, assim, devem adoptar «medidas adequadas» para reduzir a mortalidade de bebés e de crianças, combatendo as doenças e a desnutrição, através da utilização de medidas

simples e nomeadamente o fornecimento de alimentos que cubram as carências mais elementares tanto em calorias como em proteínas, como ainda em micronutrientes indispensáveis ⁽¹⁾.

O direito a uma boa nutrição será um direito silencioso; será, porventura, no silêncio da nossa reflexão que sairemos da vergonha de estarmos a assistir, silenciosos, à liquidação de muitos iguais a nós que nascem e morrem sem acreditar em viver.

É esta a reflexão que me mereceu o Relatório da UNICEF sobre a Situação Mundial da Infância 98 ⁽²⁾.

É este o primeiro «Ponto de Vista» de 1998 na Acta Pediátrica Portuguesa.

BIBLIOGRAFIA

1. Convenção dos Direitos da Criança. Nações Unidas, 1989.
2. Relatório sobre a Situação Mundial da Infância. UNICEF, 1998.